

**No. 47123**

—  
**Brazil  
and  
Cuba**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba on legal cooperation in criminal matters. Havana, 24 September 2002**

**Entry into force:** *11 November 2007 by notification, in accordance with article XX*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 4 February 2010*

—  
**Brésil  
et  
Cuba**

**Accord de coopération judiciaire en matière pénale entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Cuba. La Havane, 24 septembre 2002**

**Entrée en vigueur :** *11 novembre 2007 par notification, conformément à l'article XX*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 4 février 2010*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIAL EM MATÉRIA PENAL ENTRE O  
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO  
DA REPÚBLICA DE CUBA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cuba  
(doravante denominados “as Partes”),

Desejosos de melhorar a eficiência de ambos os países na prevenção, investigação/inquérito, ação penal e combate ao crime por meio de cooperação judicial mútua em matéria penal,

Acordam o seguinte:

**ARTIGO I**  
**Alcance do Acordo**

1. As Partes cooperarão entre si adotando todas as medidas apropriadas de que dispõem, a fim de prestar cooperação em matéria penal, nos termos do presente Acordo e dentro dos limites das disposições dos respectivos ordenamentos jurídicos internos.

A referida assistência terá como objetivo a prevenção, a investigação, o inquérito e a ação penal relativa ao delito ou qualquer outra atuação no âmbito penal que se derive de fatos que estejam dentro da competência ou jurisdição da Parte Requerente no momento em que a cooperação for solicitada, e com relação a procedimentos conexos de qualquer outra espécie relativos às condutas criminais mencionadas.

2. O presente Acordo não faculta às autoridades de uma das Partes a, na jurisdição territorial da outra, exercerem ou desempenharem funções cuja jurisdição ou competência estejam exclusivamente reservadas às autoridades da outra Parte, de acordo com suas leis ou regulamentos nacionais.

3. Para os propósitos do parágrafo 1, “matéria penal” significa investigações/inquéritos e ações penais relativas a qualquer delito tipificado pelas respectivas legislações, incluídos os delitos relacionados com ilícitos aduaneiros e transferência de capital ou pagamentos internacionais.

4. A assistência incluirá:

- a) reunião de provas e obtenção de declarações de pessoas;
- b) fornecimento de informações e documentos provenientes de registros penais, bancários, comerciais, mercantis, telefônicos e outros;
- c) localização de pessoas e objetos, inclusive sua identificação;
- d) busca, apreensão e seqüestro de bens;
- e) emissão de certidão ou cópias autenticadas necessárias à ação penal;
- f) prática de determinados atos processuais na forma de interrogatório;
- g) colocar à disposição pessoas detidas e outras para que testemunhem ou auxiliem nas investigações;
- h) notificação sobre conteúdo de documentos, inclusive os que solicitem comparecimento pessoal;
- i) realização de perícia correspondente à investigação em curso;
- j) restituição de bens produtos de delitos cometidos na Parte Requerente; e
- k) outra assistência em conformidade com os objetivos do presente Acordo, desde que não sejam incompatíveis com a legislação da Parte Requerida.

## ARTIGO II

### Denegação ou Adiamento da Cooperação

1. A cooperação será denegada se, conforme juízo da Parte Requerida:

- a) a execução do pedido afetar sua soberania, segurança, ordem pública ou interesses públicos essenciais similares, prejudicar a segurança de qualquer pessoa ou não for razoável por outros motivos;

- b) a execução do pedido implicar que a Parte Requerida exceda os limites de sua autoridade ou contrarie as disposições legais vigentes, em cujo caso as Autoridades Centrais a que se refere o Artigo XII deste Acordo realizarão consultas para identificar os meios legais que garantam a cooperação;
  - c) houver a possibilidade de que a pena de morte seja imposta ou executada em virtude do pedido de cooperação;
  - d) o delito for de natureza estritamente militar;
  - e) o delito for de índole política ou se a situação da pessoa que esteja sendo investigada ou processada puder agravar-se por razões políticas; ou
  - f) A pessoa em relação a qual se requer a medida tenha sido absolvida ou haja cumprido pena no território da Parte Requerida pelos mesmos fatos mencionados no pedido.
2. O pedido poderá ser adiado pela Parte Requerida caso a concessão do mesmo de maneira imediata possa interferir em investigação ou procedimento em curso.
3. Antes de recusar, conceder ou adiar a assistência solicitada, a Parte Requerida considerará se essa poderá ser outorgada sujeita às condições que julgar necessárias. Se a Parte Requerente aceitar a assistência sujeita a estas condições, deverá cumpri-las.
4. A Parte Requerida informará rapidamente a Parte Requerente sobre a decisão de não outorgar, na totalidade ou em parte, um pedido de cooperação, ou se sua execução for adiada, e exporá as razões da referida decisão.

### ARTIGO III Dupla Criminalidade

Os pedidos de assistência poderão ser recusados se os fatos ou omissões alegados que deram origem à solicitação não constituírem um delito previsto na legislação da Parte Requerida.

ARTIGO IV

Entrega de Bens para Uso em Investigações  
ou Procedimentos

1. Ao atender a um pedido de assistência, os bens que forem utilizados em investigações ou sirvam como provas em procedimentos na Parte Requerente serão entregues à referida Parte nos termos e condições que a Parte Requerida estimar convenientes.
2. A entrega de bens, em conformidade com o Parágrafo 1, não afetará os direitos de terceiros de boa-fé.

ARTIGO V

Devolução de Bens

Qualquer bem, incluindo documentos originais e outros entregues no atendimento a um pedido, será devolvido tão logo possível, a menos que a Parte Requerida renuncie ao direito de recebê-lo de volta.

ARTIGO VI

Produtos do Delito

1. A Parte Requerida deverá, mediante solicitação nesse sentido, envidar esforços para verificar se um produto de delito está localizado em sua jurisdição e notificará a Parte Requerente dos resultados de sua averiguação. Ao proceder à solicitação, a Parte Requerente informará à Parte Requerida sobre o fundamento de sua opinião de que o mencionado produto esteja localizado em sua jurisdição.
2. Quando, em conformidade com o parágrafo 1, forem localizados produtos de crime de cuja existência havia indícios, a Parte Requerente poderá pedir à Parte Requerida que tome as medidas que sejam permitidas por sua legislação para seqüestro e restituição de tais produtos.
3. Na aplicação deste Artigo, os direitos de terceiros de boa-fé serão resguardados.

ARTIGO VII

Comparecimento de Testemunhas, Peritos e Especialistas no  
Território da Parte Requerente

1. Poder-se-ão formular pedidos de assistência para que testemunhas, peritos ou especialistas prestem declarações ou auxiliem nas investigações em curso no território da Parte Requerente.

2. A Parte Requerida enviará à Parte Requerente certidão que informe as medidas que foram tomadas em virtude do cumprimento dos referidos pedidos.

#### ARTIGO VIII

##### Declaração em Território da Parte Requerida

1. Uma pessoa, cuja declaração seja requerida, será intimada, de acordo com a legislação de cada uma das Partes, a apresentar-se e prestar declarações ou entregar documentos, arquivos e objetos vinculados ao processo em curso.

2. A Parte Requerida deverá, mediante solicitação nesse sentido, informar à Parte Requerente sobre o tempo e lugar de atendimento do pedido de assistência.

3. A Parte Requerente poderá solicitar, no momento de tomar o depoimento das pessoas por ela especificadas, a presença de outras pessoas interessadas diretamente no assunto. A Parte Requerida poderá decidir a respeito.

#### ARTIGO IX

##### Disponibilidade de Pessoas Detidas para Prestar Declaração ou Auxiliar em Investigações no Território da Parte Requerente

1. Uma pessoa sob custódia na Parte Requerida poderá, a pedido da Parte Requerente, ser transferida provisoriamente a esta última para auxiliar nas investigações ou procedimentos, sempre que a pessoa aceite o referido traslado e não haja razões excepcionais para a recusa do pedido.

2. Quando, de acordo com a legislação da Parte Requerida, for necessário que a pessoa transferida seja mantida sob custódia, a Parte Requerente deverá manter a citada pessoa em tal condição e deverá devolvê-la após o cumprimento da solicitação ou em qualquer momento anterior estipulado pela Parte Requerida.

3. Quando a sentença imposta expirar ou quando a Parte Requerida informar à Parte Requerente que já não é necessário manter sob custódia a pessoa transferida, essa pessoa será colocada em liberdade e tratada como tal na Parte Requerente, sendo-lhe assegurada a possibilidade de retorno ao território da Parte Requerida. Caso a pessoa não seja nacional nem residente na Parte Requerida, as Partes poderão acordar seu traslado ao país de nacionalidade ou residência habitual.

ARTIGO X  
Salvo-Conduto

1. Uma testemunha, perito ou especialista, presentes na Parte Requerente em atendimento à solicitação de comparecimento, não serão processados, detidos ou sujeitos a qualquer outra restrição de liberdade individual por qualquer ato ou omissão anterior à partida do território da Parte Requerida; tampouco estarão obrigados a prestar declaração em qualquer outro procedimento diferente daquele a que se refere o pedido.
2. O dispositivo a que se refere o parágrafo anterior deixará de aplicar-se se, estando em liberdade para deixar a Parte Requerente, não o fizerem em um prazo de trinta (30) dias após terem sido oficialmente notificados de que sua presença não é mais necessária, ou se, tendo partido, tenham regressado voluntariamente.
3. Uma pessoa que não atenda a uma solicitação que requeira sua presença não deverá ser submetida à penalidade ou medida coercitiva, quando a solicitação se referir à notificação de uma pena.

ARTIGO XI  
Conteúdo do Pedido

1. Em todos os casos, o pedido de assistência compreenderá:
  - a) o nome da autoridade competente que procederá às investigações ou procedimentos a que se refere o pedido e da autoridade que o enviou;
  - b) o propósito pelo qual se formula o pedido, a natureza da assistência solicitada e o assunto sobre o qual deve versar a declaração;
  - c) quando possível, a identidade, nacionalidade e localização da pessoa ou pessoas que estejam sujeitas à investigação ou procedimento; e
  - d) uma descrição dos supostos atos ou omissões que constituem o delito e uma declaração sobre a legislação aplicável e a jurisdição relevantes, salvo os casos de solicitações para notificação para ciência do conteúdo de documentos.
2. Os pedidos de assistência deverão incluir, ademais:
  - a) no caso de pedidos para notificação de documentos, o nome e endereço da pessoa a ser notificada;

- b) no caso de pedidos para tomar depoimento de uma pessoa, a matéria a ser examinada, incluindo, quando possível, uma lista de perguntas e detalhes sobre o direito que tenha para se recusar a prestar o depoimento;
  - c) quando se tratar de apresentação de pessoas detidas, os nomes dos agentes sob cuja custódia as referidas pessoas estarão durante o traslado, o lugar a que deverão ser trasladadas e a data de seu regresso, bem como a identificação da instituição a que pertencem;
  - d) no caso de empréstimo de elementos de prova, a pessoa que terá a custódia dos referidos elementos, o lugar a que deverão ser trasladados e a data em que deverão ser devolvidos;
  - e) no caso de solicitação de perícia, o tipo de perícia, as razões de sua realização, a identidade e qualificação dos peritos ou especialistas;
  - f) detalhes de qualquer medida especial que a Parte Requerente deseja que se execute e as razões para tal; e
  - g) qualquer requisito de confidencialidade.
3. Para o atendimento do pedido, deverá ser fornecida informação adicional se a Parte Requerida julgar necessário.

#### ARTIGO XII

##### Autoridades Centrais

1. Para os efeitos do presente Acordo, ficam designadas como Autoridades Centrais o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e o Ministério da Justiça da República de Cuba.
2. Os pedidos de assistência poderão ser realizados em nome de autoridades judiciárias e outras autoridades competentes responsáveis pela investigação ou processo em matéria penal. Os pedidos e respostas serão formulados por intermédio das Autoridades Centrais.

#### ARTIGO XIII

##### Execução dos Pedidos

1. Os pedidos de assistência serão executados rapidamente conforme a legislação da Parte Requerida e, desde que não vedado por aquela legislação, do modo solicitado pela Parte Requerente.



2. Se a Parte Requerente desejar que todas as testemunhas ou peritos prestem depoimento sob juramento ou promessa de dizer a verdade, deverá indicá-lo expressamente no pedido.

3. A menos que se requeiram expressamente documentos originais, a entrega de cópias autenticadas dos referidos documentos será suficiente para atender ao pedido.

#### ARTIGO XIV

##### Restrições ao Uso de Informações ou Provas

1. A Parte Requerente não usará a informação ou as provas obtidas no âmbito do presente Acordo para propósitos diferentes daqueles constantes do pedido, sem o consentimento prévio da Autoridade Central da Parte Requerida.

2. Quando necessário, a Parte Requerida poderá solicitar que a informação ou as provas fornecidas mantenham-se confidenciais, de acordo com as condições por ela especificadas. Se a Parte requerente não puder cumprir com as mencionadas condições, as Autoridades Centrais consultar-se-ão para determinar condições de confidencialidade mutuamente acordadas.

3. O uso de qualquer informação ou prova obtida no âmbito do presente Acordo, divulgada na Parte Requerente dentro de um processo resultante das investigações ou diligências descritas no pedido, não estará sujeito às restrições a que se refere o parágrafo 1.

#### ARTIGO XV

##### Legalização

As provas ou documentos transmitidos por intermédio das Autoridades Centrais no âmbito deste Acordo não requerem legalização consular.

#### ARTIGO XVI

##### Idioma

Os pedidos e os documentos que os acompanham serão apresentados nos idiomas oficiais de ambas as Partes.

ARTIGO XVII

Compatibilidade com Outros Tratados

O presente Acordo não derrogará as obrigações que subsistam entre as Partes derivadas de outros tratados, nem impedirá que continuem a conceder assistência mútua no âmbito de instrumentos internacionais.

ARTIGO XVIII

Custos

1. A Parte Requerida arcará com o custo do cumprimento do pedido de assistência, ao passo que a Parte Requerente deverá arcar:
  - a) com os gastos associados ao traslado de qualquer pessoa com destino e com origem na Parte Requerente, em razão de sua solicitação e qualquer custo ou despesa arcado por esta pessoa enquanto encontrar-se em território da referida Parte;
  - b) as despesas e honorários de peritos, seja na Parte Requerida ou na Parte Requerente.
  
2. Caso se evidencie que o atendimento do pedido requer despesas de natureza extraordinária, as Partes se consultarão para determinar os termos e as condições sob os quais a assistência solicitada poderá ser proporcionada.

ARTIGO XIX

Consultas

As Partes consultar-se-ão rapidamente, a pedido de qualquer uma delas, sobre a interpretação e o cumprimento do presente Acordo.

ARTIGO XX


Entrada em vigor e Denúncia

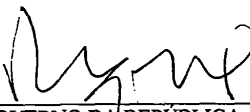
1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a última notificação entre as Partes, por via diplomática, que confirme o cumprimento dos seus respectivos requisitos internos.
  
2. Este Acordo aplicar-se-á a qualquer solicitação apresentada depois da sua entrada em vigor, inclusive se os atos ou omissões relevantes tiverem ocorrido antes dessa data.

3. Cada uma das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação, por escrito, através dos canais diplomáticos, em qualquer tempo. A vigência deste Acordo cessará em cento e oitenta (180) dias da data do recebimento da referida notificação.

Em fé do que, os abaixo-assinados assinam o presente Acordo.

Feito em Havana, em 24 de setembro de 2002, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
  
CELSO LAFER  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DE CUBA  
  
FELIPE PÉREZ ROQUE  
Ministro das Relações Exteriores

[ SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL ]

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL  
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE CUBA SOBRE  
COOPERACIÓN JUDICIAL EN MATERIA PENAL**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Cuba  
(en lo adelante, "las Partes"),

Deseosos de mejorar la efectividad de ambos países en la prevención, investigación, persecución y enfrentamiento del crimen a través de la cooperación judicial en materia penal,

Han acordado lo siguiente:

**ARTICULO I**  
Alcance del Acuerdo

1. Las Partes cooperarán entre sí tomando todas las medidas apropiadas de que puedan disponer, a fin de prestarse cooperación en materia penal, de conformidad con los términos de este Acuerdo y dentro de los límites de las disposiciones de sus respectivos ordenamientos legales internos.

Dicha asistencia tendrá por objeto la prevención, investigación, persecución de delitos o cualquier otra actuación en el ámbito penal, que se derive de hechos que estén dentro de la competencia o jurisdicción de la Parte Requirente al momento en que la asistencia sea solicitada, y en relación con procedimientos conexos de cualquier otra índole relativos a las conductas criminales mencionadas.

2. Este Acuerdo no faculta a las autoridades de una de las Partes a emprender, en la jurisdicción territorial de la otra, el ejercicio y el desempeño de las funciones cuya jurisdicción o competencia estén exclusivamente reservadas a las autoridades de esa otra Parte por sus leyes o reglamentos nacionales.

3. Para los propósitos del párrafo 1, "materia penal" significa, investigaciones y acciones penales relativas a cualquier delito recogido en sus respectivas legislaciones, incluidos los delitos relacionados con ilícitos aduaneros y transferencia de capital o pagos internacionales.

4. La asistencia incluirá:

- a) reunir evidencias y obtener la declaración de personas;
- b) proveer de información y documentos provenientes de archivos penales, bancarios, comerciales, mercantiles, telefónicos y otros;
- c) localización de personas y objetos, incluyendo su identificación;
- d) búsqueda de evidencias y decomiso;
- e) la emisión de certificación o copias fieles necesarias para la acción penal;
- f) práctica de determinados actos procesales en forma de interrogatorio;
- g) hacer disponibles a personas detenidas y otras para que rindan testimonio o auxilien en investigaciones;
- h) notificación sobre el contenido de documentos, incluyendo aquellos que soliciten la presencia de personas;
- i) realización de peritajes en correspondencia con las investigaciones de que se trate;
- j) restitución de bienes producto del delito cometido en la Parte Requirente;
- k) otro tipo de asistencia acorde con los objetivos de este Acuerdo, que no sea incompatible con la legislación de la Parte Requerida.

## ARTICULO II

### *Denegación o Diferimiento de la Cooperación*

1. La cooperación será denegada si, en la opinión de la Parte Requerida:

- a) la ejecución de la solicitud afectare su soberanía, seguridad, orden público o intereses públicos esenciales similares, perjudicare la seguridad de cualquier persona o no fuere razonable sobre otras bases;

- b) la ejecución de la solicitud implicara que la Parte Requerida exceda los límites de su autoridad o contravenga las disposiciones legales vigentes, en cuyo caso las Autoridades Centrales a que se refiere el Artículo XII de este Acuerdo realizarán consultas para identificar los medios legales que garanticen la cooperación;
  
  - c) hay posibilidad de que la pena de muerte sea impuesta o ejecutada en virtud de la solicitud de cooperación;
  
  - d) que el delito sea de índole estrictamente militar;
  
  - e) el delito sea de índole político o que la situación de la persona que está siendo investigada o procesada pueda agravarse por razones políticas; o
  
  - f) la persona en relación a la cual se requiere la medida sea absuelta o haya cumplido la sanción en el territorio de la Parte Requerida por los mismos hechos.
2. La asistencia podrá ser diferida por la Parte Requerida sobre la base de que la concesión de la misma en forma inmediata puede interferir una investigación o procedimiento que se esté llevando a cabo.
3. Antes de rehusar, conceder o diferir la asistencia solicitada, la Parte Requerida considerará si ésta podrá ser otorgada sujeta a aquellas condiciones que juzgue necesario. Si la Parte Requirente acepta la asistencia sujeta a estas condiciones, deberá cumplir con las mismas.
4. La Parte Requerida informará rápidamente a la Parte Requirente sobre la decisión de no otorgar en su totalidad o en parte una solicitud de cooperación, o si su ejecución se difiere, y expondrá las razones para dicha decisión.

### ARTICULO III Doble Criminalidad

Las solicitudes de asistencia podrán ser rehusadas si los hechos u omisiones alegados, que dieron lugar a la solicitud, no constituyeran un delito previsto en la legislación de la Parte Requerida.

ARTICULO IV

*Entrega de Bienes para Uso en Investigaciones  
o Procedimientos*

1. Al atender una solicitud de asistencia, los bienes que sean usados en investigaciones o sirvan como pruebas en procedimientos en la Parte Requirente, serán entregados a dicha Parte en los términos y condiciones que la Parte Requerida estime convenientes.
2. La entrega de bienes, de conformidad con el párrafo 1, no afectará los derechos de terceras partes bona fide.

ARTICULO V

*Devolución de Bienes*

Cualquier bien, incluyendo documentos originales y otros entregados en la ejecución de una solicitud, será devuelto tan pronto como sea posible, a menos que la Parte Requerida renuncie al derecho de recibir en devolución dicho bien.

ARTICULO VI

*Productos del Delito*

1. La Parte Requerida deberá, a petición, esforzarse por definir si cualquier producto de un delito está localizado dentro de su jurisdicción y deberá notificar a la Parte Requirente de los resultados de su averiguación. Al hacer la solicitud, la Parte Requirente informará a la Parte Requerida sobre el fundamento de su opinión de que dichos productos están localizados en su jurisdicción.
2. Cuando, de conformidad con el párrafo 1, sean encontrados productos de delito que se suponían existentes, la Parte Requirente podrá pedir a la Parte Requerida que tome las medidas que sean permitidas por su legislación para el aseguramiento, embargo, decomiso y restitución de dichos productos.
3. En la aplicación de este Artículo, los derechos de terceras partes bona fide serán respetados.

ARTICULO VII

*Comparecencia de Testigos, Peritos y Especialistas  
en Territorio de la Parte Requirente*

1. Podrán formularse solicitudes de asistencia para que testigos, peritos y especialistas presten declaración o auxilien en las investigaciones que se están efectuando en el territorio de la Parte Requirente.

2. La Parte Requerida enviará a la Parte Requirente información certificada de lo realizado en virtud de la ejecución de dichas solicitudes.

#### ARTICULO VIII

##### Declaración en Territorio de la Parte Requerida

1. Una persona cuya declaración se requiera, será compulsada, de conformidad con la legislación de cada una de las Partes, a presentarse y declarar o entregar documentos y objetos, vinculados al proceso de que se trate.

2. La Parte Requerida deberá, a petición, informar a la Parte Requirente del tiempo y lugar de ejecución de la solicitud de asistencia.

3. La Parte Requirente podrá solicitar que, al momento de tomar la declaración de las personas especificadas por ella, se encuentren presentes otras personas interesadas directamente en el asunto. La Parte Requerida podrá decidir al respecto.

#### ARTICULO IX

##### Disponibilidad de personas detenidas, para prestar declaración o auxiliar en investigaciones en territorio de la Parte Requirente

1. Una persona bajo custodia en la Parte Requerida podrá, a solicitud de la Parte Requirente, ser transferida temporalmente a esta última para auxiliar en investigaciones o procedimientos, siempre que la persona acepte dicho traslado y no haya bases excepcionales para rehusar la solicitud.

2. Cuando de conformidad con el derecho de la Parte Requerida se necesite que la persona transferida sea mantenida bajo custodia, la Parte Requirente deberá mantener a dicha persona bajo esta condición y deberá devolverla al cumplimiento de la solicitud o en cualquier momento previo que haya estipulado la Parte Requerida.

3. Cuando la sentencia impuesta expire o cuando la Parte Requerida informe a la Parte Requirente que ya no es necesario mantener sobre custodia a la persona transferida, esa persona será puesta en libertad y tratada como tal en la Parte Requirente, siéndole asegurada la posibilidad del retorno al territorio de la Parte Requerida.

En caso de que la persona no sea nacional ni residente en la Parte Requerida, las Partes Podrán acordar su traslado al país de su nacionalidad o donde resida de forma permanente.



ARTICULO X  
Salvoconducto

1. Los testigos, peritos o especialistas, presentes en la Parte Requirente en respuesta a una solicitud de comparecencia, no serán procesados, detenidos o sujetos a cualquier otra restricción de libertad personal en esa Parte por cualquier acto u omisión previo a la partida del territorio de la Parte Requerida, ni tampoco estarán obligados a prestar declaración en cualquier otro procedimiento diferente al que se refiere la solicitud.
2. La disposición a que se refiere el párrafo anterior, dejará de aplicarse si, estando en libertad para abandonar la Parte Requirente no lo hayan hecho en un plazo de treinta (30) días después que oficialmente se hayan notificado que ya no se requiere su presencia, o si habiendo partido hayan regresado voluntariamente.
3. Una persona que no atienda una solicitud que requiera su comparecencia no deberá ser sometida a pena o medida de apremio, cuando la solicitud se refiera a la notificación de una pena.

ARTICULO XI  
Contenido de la Solicitud

1. En todos los casos, la solicitud de asistencia incluirá:
  - a) el nombre de la autoridad competente que lleve a cabo las investigaciones o procedimientos a los que se refiere la solicitud y la autoridad que la interesa;
  - b) el propósito por el que se formula la solicitud, la naturaleza de la asistencia solicitada y el asunto sobre el cual debe versar la declaración;
  - c) cuando sea posible, la identidad, nacionalidad y localización de la persona o personas que estén sujetas a la investigación o procedimiento; y
  - d) una descripción de los presuntos actos u omisiones que constituyan el delito y una declaración sobre la legislación aplicable y jurisdicción relevantes; exceptuando los casos de solicitudes para notificación de documentos.
2. Las solicitudes de asistencia deberán incluir, adicionalmente:
  - a) en el caso de solicitudes para notificación de documentos, el nombre y dirección de la persona a quien se notificará;

- b) en el caso de solicitudes para tomar la declaración de una persona, la materia acerca de la cual habrá de examinarse, incluyendo cuando sea posible, una lista de las preguntas y detalles sobre cualquier derecho que tenga para rehusarse a dar declaración;
  - c) cuando se trate de la presentación de personas detenidas, los nombres de los agentes que tendrán la custodia durante el traslado, el sitio al cual deberán ser trasladados y la fecha de su regreso, así como la identificación de la institución a que pertenecen;
  - d) en el caso de préstamo de elementos de prueba, la persona que tendrá la custodia de dichos elementos, el sitio al que deberán ser trasladados y la fecha en la que deberán ser devueltos;
  - e) en el caso de solicitud de peritaje, el tipo del mismo, las razones de su realización, y la identidad y calificación del o de los peritos o especialistas;
  - f) detalles de cualquier acción especial que la Parte Requerente interese que se ejecute y las razones para ello;
  - g) cualquier requisito de confidencialidad.
3. Para la ejecución de la solicitud, deberá proporcionarse información adicional si la Parte Requerida lo juzga necesario.

#### ARTICULO XII

##### Autoridades Centrales

1. Para los efectos del presente Acuerdo se designan como Autoridades Centrales al Ministerio de Justicia de la República Federativa del Brasil y al Ministerio de Justicia de la República de Cuba.
2. Las solicitudes de asistencia podrán hacerse a nombre de las autoridades judiciales y otras autoridades competentes responsables de investigar o procesar en materia penal. Las solicitudes y respuestas serán hechas a través de las Autoridades Centrales.

#### ARTICULO XIII

##### Ejecución de Solicitudes

1. Las solicitudes de asistencia serán ejecutadas rápidamente de conformidad con la legislación de la Parte Requerida y, en tanto no esté prohibido por dicha legislación, en la manera solicitada por la Parte Requerente.

2. Si la Parte Requirente desea que los testigos o expertos presten declaración bajo juramento o protesta de decir verdad, deberá expresamente indicarlo en la solicitud.
3. A menos que se requieran expresamente documentos originales, la entrega de copias certificadas de aquellos documentos será suficiente para cumplir con la solicitud.

#### ARTICULO XIV

##### Limitaciones en el Uso de Información o Pruebas

1. La Parte Requirente no usará la información o pruebas obtenidas bajo este Acuerdo para propósitos diferentes a aquellos formulados en la solicitud, sin previo consentimiento de la Autoridad Central de la Parte Requerida.
2. Cuando sea necesario, la Parte Requerida podrá solicitar que la información o pruebas proporcionadas se mantengan confidenciales, de conformidad con las condiciones que especifique. Si la Parte Requirente no puede cumplir con dichas condiciones, las Autoridades Centrales se consultarán para determinar condiciones de confidencialidad mutuamente acordadas.
3. El uso de cualquier información o prueba obtenida de conformidad con el presente Acuerdo, hecha pública en la Parte Requirente dentro de un procedimiento resultante de las investigaciones o diligencias descritas en la solicitud, no estará sujeto a las restricciones a que se refiere el párrafo 1.

#### ARTICULO XV

##### Legalización

Las pruebas o documentos transmitidos a través de las Autoridades Centrales conforme a este Acuerdo, no requerirán de legalización.

#### ARTICULO XVI

##### Idioma

Las solicitudes y los documentos que los acompañen serán presentados en los idiomas oficiales de ambas Partes.

#### ARTICULO XVII

##### Compatibilidad con otros Tratados

Este Acuerdo no derogará las obligaciones que subsistan entre las Partes derivadas de otros tratados, ni les impedirá continuar proporcionándose asistencia de conformidad con otros instrumentos internacionales.

ARTICULO XVIII

Costos

1. La Parte Requerida cubrirá el costo de la ejecución de solicitud de asistencia, mientras que la Parte Requirente deberá cubrir:
  - a) los gastos asociados al traslado de cualquier persona hacia y desde la Parte Requirente por su propia solicitud y cualquier costo o gasto pagadero a esa persona mientras se encuentre en territorio de dicha Parte;
  - b) los costos y honorarios de expertos, sean en la Parte Requerida o en la Parte Requirente.
  
2. Si se hiciera evidente que la ejecución de la solicitud requiere costos de naturaleza extraordinaria, las Partes se consultarán para determinar los términos y condiciones bajo los cuales la asistencia solicitada podrá ser proporcionada.

ARTICULO XIX

Consultas

Las Partes se consultarán rápidamente, a petición de cualquiera de ellas, sobre la interpretación y el cumplimiento de este Acuerdo.


ARTICULO XX

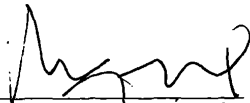
Entrada en Vigor y Terminación

1. Este Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la última notificación entre las Partes, por la vía diplomática, confirmando el cumplimiento de sus respectivos requisitos internos.
  
2. Este Acuerdo se aplicará a cualquier solicitud presentada después de su entrada en vigor, incluso si los actos u omisiones relevantes ocurrieron antes de esa fecha.
  
3. Cualquiera de las Partes puede denunciar el presente Acuerdo mediante notificación escrita, por la vía diplomática, en cualquier momento. La vigencia del Acuerdo cesará ciento ochenta (180) días después de recibida tal notificación.

En fe de lo cual, los abajo firmantes, suscriben el presente Acuerdo.

Hecho en la ciudad de La Habana a los 24 días del mes de septiembre del año dos mil dos , en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

  
POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL  
Celso Lafer  
Ministro de Estado de las  
Relaciones Exteriores

  
POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
DE CUBA  
Felipe Pérez Roque  
Ministro de Relaciones Exteriores

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE  
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC  
OF CUBA ON LEGAL COOPERATION IN CRIMINAL MATTERS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba (hereinafter “the Parties”),

Wishing to improve the effectiveness of both countries in the prevention, investigation, prosecution and combating of crime through legal cooperation in criminal matters,

Have agreed as follows:

*Article I. Scope of the Agreement*

1. The Parties shall cooperate, taking all appropriate measures available to them in accordance with the provisions of this Agreement and within the limits of the provisions of their respective domestic legal systems, to afford each other cooperation in criminal matters.

Such assistance shall have as its aim the prevention, investigation and prosecution of crimes or any other criminal activity which derives from acts falling within the competence or jurisdiction of the requesting Party at the time when a request for assistance is made, and with regard to any other proceedings relating to the aforementioned criminal behaviour.

2. This Agreement does not empower the authorities of either of the Parties to exercise or perform in the territorial jurisdiction of the other any functions that fall within the exclusive jurisdiction or competence of the authorities of the other Party in accordance with its national laws or regulations.

3. For the purposes of paragraph 1, “criminal matters” shall be understood to mean investigations or criminal actions relating to any offence defined under the respective domestic legislation of the Parties, including offences relating to unlawful customs activities and international capital transfers or payments.

4. Such assistance shall include:

- (a) Collecting evidence and taking the testimony of individuals;
- (b) Providing information and documents from criminal records, banking documents, commercial and business documents, telephone records and others;
- (c) Locating and identifying persons and objects;
- (d) Searching for and seizing evidence;
- (e) Issuing any certified or true copies needed for criminal proceedings;
- (f) Carrying out certain legal proceedings in the form of questioning;
- (g) Making available persons in custody and others to give evidence or to assist in investigations;

- (h) Notification about the content of documents, including those requesting the appearance of persons;
- (i) Providing expert assistance as appropriate for investigations;
- (j) Returning the proceeds of crimes committed in the territory of the requesting Party;
- (k) Any other form of assistance that is consistent with the objectives of this Agreement, provided it is not in conflict with the legislation of the requested Party.

*Article II. Refusal or deferral of assistance*

1. Cooperation will be denied if the requested Party is of the opinion that:
  - (a) Granting the request could impair its sovereignty, security, public order or other fundamental public interests or threaten the security of any person, or if the request is deemed to be unreasonable on other grounds;
  - (b) Granting the request would exceed the limits of the authority of the requested Party or violate legal provisions currently in force, in which case the Central Authorities designated under Article XII of this Agreement shall consult each other with a view to identifying lawful means of ensuring cooperation.
  - (c) There is a possibility that a penalty of death might be imposed or carried out as a result of the request for cooperation;
  - (d) The offence is of a purely military nature;
  - (e) The offence is of a political nature or the situation of the person under investigation or prosecution might be exacerbated for political reasons; or
  - (f) The person in respect of which the request is made has been absolved of or served out a sentence for the same offence in the territory of the requested Party.
2. The assistance may be deferred by the requested Party on the grounds that granting it immediately could interfere with an investigation or proceeding already under way.
3. Before refusing, granting or deferring a request for assistance, the requested Party shall consider whether assistance may be granted subject to such conditions as it deems necessary. If the requesting Party accepts the assistance subject to such conditions, it shall be bound to comply with them.
4. The requested Party shall promptly inform the requesting Party of its decision not to provide, or to delay the provision of, the requested cooperation, either in full or in part, and shall state the reasons for said decision.

*Article III. Double criminality*

Requests for assistance may be refused if the alleged acts or omissions that gave rise to the request do not constitute an offence under the laws of the requested Party.

*Article IV. Delivery of items for use in investigations or proceedings*

1. When responding to a request for assistance, the requested Party shall turn over, under whatever terms and conditions it deems appropriate, items to be used for investigations or for evidential purposes in proceedings in the territory of the requesting Party.

2. The delivery of items pursuant to paragraph 1 shall not affect the rights of bona fide third parties.

*Article V. Return of items*

All items, including original documents and others provided in response to a request for assistance, shall be returned as soon as possible, unless the requested Party waives its right to have them returned.

*Article VI. Proceeds of crime*

1. The requested Party shall, when so requested, endeavour to determine whether there are any proceeds of crime within its jurisdiction and shall notify the requesting Party of the results of its inquiries. When making the request, the requesting Party shall inform the requested Party of the grounds for its belief that such proceeds of crime are located within the latter's jurisdiction.

2. When, pursuant to paragraph 1, the alleged proceeds of crime are found, the requesting Party may request the requested Party to take such measures as are permitted by its laws to freeze, seize, confiscate and recover such proceeds.

3. In the application of this article, the rights of bona fide third parties shall be respected.

*Article VII. Appearance of witnesses, experts and specialists in the territory of the requesting Party*

1. Requests may be made for witnesses, experts and specialists to give testimony or assist in investigations being conducted in the territory of the requesting Party.

2. The requested Party shall send to the requesting Party certified information concerning the action taken in response to such requests.

*Article VIII. Testimony in the territory of the requesting Party*

1. A person whose testimony is requested shall be summoned, in accordance with the laws of each Party, to appear and testify or to produce documents and objects related to the proceedings in question.

2. The requested Party shall, when so requested, inform the requesting Party of the time and place of execution of the request for assistance.



3. The requesting Party may request that, at the time the testimony of the persons specified by it is taken, other persons directly concerned in the matter also be present. The requested Party shall decide on such requests.

*Article IX. Availability of persons in custody to give evidence or assist in investigations in the territory of the requesting Party*

1. A person in the custody of the requested Party may, at the request of the requesting Party, be transferred temporarily to the territory of the latter to assist in investigations or proceedings, provided that the person agrees to the transfer and that no exceptional grounds exist to refuse the request.

2. When it is necessary for the person transferred to remain in custody in accordance with the law of the requested Party, the requesting Party shall hold that person in custody and shall return him or her once the purpose of the request has been fulfilled or at any earlier time which the requested Party may have stipulated.

3. When the sentence imposed expires or when the requested Party informs the requesting Party that it is no longer necessary to keep the person transferred in custody, said person shall be set free and treated as such by the requesting Party, and his or her ability to return to the territory of the requested Party shall be ensured.

In the event that the person is not a national or resident of the requested Party, the Parties may agree to transfer him or her permanently to the country of his or her nationality or residence.

*Article X. Safe conduct*

1. No witness, expert or specialist appearing in the territory of the requesting Party in response to a request to appear shall be prosecuted, detained or subjected to any other restriction on his or her personal liberty in the territory of that Party for any act or omission occurring prior to the departure of that person from the requested State, nor shall that person be obliged to make a statement in any proceeding other than the one referred to in the request.

2. The provisions of the preceding paragraph shall cease to apply if a person, being free to leave the requesting State, has not done so within thirty (30) days after being officially notified that his or her presence is no longer required, or, having left, has voluntarily returned.

3. A person who fails to comply with a request to appear shall not be subjected to any sanction or coercive measure where the request relates to notice of a penalty.

*Article XI. Content of the request*

1. In all cases, the request for assistance shall include:

- (a) The name of the competent authority carrying out the investigations or proceedings to which the request refers and the authority making the request;

- (b) The purpose of the request, the nature of the assistance sought and the matter on which testimony is requested;
  - (c) Where possible, the identity, nationality and location of the person or persons who are subject to the investigation or judicial proceedings; and
  - (d) A description of the alleged acts or omissions that constitute the offence and a statement on the applicable law and jurisdiction, except in the case of requests for service of documents.
2. Requests for assistance shall include, in addition:
- (a) In the case of requests for the service of documents, the name and address of the person to be served;
  - (b) In the case of requests to take evidence from a person, the subject matter about which the person is to be questioned, including, if possible, a list of questions, and details on that person's right, if any, to refuse to give evidence;
  - (c) In the case of the appearance of persons in custody, the names of the agents who will have custody of such persons during the transfer, the place to which they are to be transferred and the date of their return, as well as the name of the institution to which they belong;
  - (d) In the case of the loan of items of evidence, the person who will have custody of such items, the place to which they are to be transferred and the date on which they are to be returned;
  - (e) In the case of a request for expert testimony, the nature of the testimony, the reasons for it and the identity and qualifications of the experts or specialists;
  - (f) Details of any special action that the requesting Party wishes to be executed and the reasons therefor;
  - (g) Any request for confidentiality.
3. Additional information shall be provided for the execution of the request if the requested Party deems it necessary.

#### *Article XII. Central Authorities*

1. For the purposes of this Agreement, the Ministry of Justice of the Federative Republic of Brazil and the Ministry of Justice of the Republic of Cuba shall be designated as Central Authorities.
2. Requests for cooperation may be made on behalf of judicial authorities and other competent authorities responsible for investigation and prosecution in criminal matters. All requests and responses shall be made through the Central Authorities.

#### *Article XIII. Execution of requests*

1. Requests for assistance shall be executed promptly in accordance with the legislation of the requested Party and, in so far as it is not forbidden by the aforementioned legislation, in the manner requested by the requesting Party.

2. If the requesting Party wishes witnesses or experts to make a sworn statement or testify under oath, it shall so indicate expressly in the request.

3. Unless original documents are expressly requested, the submission of certified copies of such documents shall be sufficient to meet the request.

*Article XIV. Limits on the use of information or evidence*

1. The requesting Party shall not use any information or evidence obtained pursuant to this Agreement for purposes other than those stated in the request without prior consent of the Central Authority of the requested Party.

2. When necessary, the requested Party may request that the information or evidence provided be kept confidential, in accordance with any conditions that it specifies. If the requesting Party is unable to meet such conditions, the Central Authorities shall consult each other to establish mutually agreed conditions of confidentiality.

3. The use of any information or evidence obtained pursuant to this Agreement which has been publicly disclosed in the territory of the requesting Party as part of a proceeding resulting from investigations or inquiries described in the request shall not be subject to the restrictions mentioned in paragraph 1.

*Article XV. Legalization*

Evidence or documents transmitted through the Central Authorities pursuant to this Agreement shall not require legalization.

*Article XVI. Language*

All requests and supporting documents shall be submitted in the official languages of both Parties.

*Article XVII. Compatibility with other treaties*

This Agreement shall not annul any obligations existing between the Parties pursuant to any other treaty, nor shall it impede them from continuing to provide each other with assistance in accordance with other international instruments.

*Article XVIII. Costs*

1. The requested Party shall cover the costs of executing the request for assistance, while the requesting Party shall cover:

- (a) Expenses associated with the transfer of any person to and from the requesting Party at its own request, and any cost or expense payable to that person while he or she is within the territory of said Party;
- (b) The costs and fees of experts, whether in the requested Party or the requesting Party.

2. Should it become evident that the execution of the request will require costs of an extraordinary nature, the Parties shall consult each other to determine the terms and conditions under which the requested assistance is to be provided.

*Article XIX. Consultation*

The Parties shall consult promptly, at the request of either, concerning the interpretation and implementation of this Agreement.

*Article XX. Entry into force and termination*

1. This Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of the last notification whereby one of the Parties informs the other, through diplomatic channels, that its relevant domestic requirements have been met.

2. This Agreement shall apply to any request submitted after its entry into force, even if the relevant acts or omissions occurred prior to that date.

3. Either Party may terminate this Agreement at any time by submitting notice in writing, through diplomatic channels. The Agreement shall cease to be in force one hundred and eighty (180) days following receipt of such notice.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned have signed this Agreement.

DONE in the city of Havana on 24 September 2002, in two original copies, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO LAFER  
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Cuba:

FELIPE PÉREZ ROQUE  
Minister of Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION JUDICIAIRE EN MATIÈRE PÉNALE ENTRE LE  
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE  
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE CUBA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Cuba (ci-après dénommés « les Parties »),

Désireux d'améliorer l'efficacité des deux pays en matière de prévention, d'enquête, de poursuite des crimes ainsi que la lutte contre ceux-ci grâce à la coopération judiciaire en matière pénale,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier. Champ d'application de l'Accord*

1. Les Parties coopéreront en prenant toutes les mesures appropriées dont elles disposent, aux fins de s'accorder une entraide en matière pénale, conformément aux dispositions du présent Accord et dans les limites des dispositions de leurs législations nationales respectives.

Cette aide aura pour but la prévention, l'enquête et la poursuite des délits ou toute autre activité de nature pénale, qui relève de la compétence ou de la juridiction de la Partie requérante à l'origine de la demande d'aide judiciaire, et qui a trait à des procédures connexes de toute autre nature relatives aux activités criminelles précitées.

2. Le présent Accord n'autorise pas les autorités de l'une des Parties à exercer sur le territoire de l'autre Partie des fonctions ou des activités relevant exclusivement de la juridiction ou compétence des autorités de l'autre Partie et régies par les lois ou règlements nationaux.

3. Aux fins du paragraphe 1 du présent article, l'expression « matière pénale » désigne les enquêtes et les actions pénales relatives à tous les types de délits prévus dans leurs législations respectives, y compris les délits douaniers et les délits liés au transfert de capital ou les versement internationaux.

4. Ladite assistance comprend :

- a) Le recueil de preuves et de déclarations de personnes;
- b) La fourniture d'informations et de documents provenant des archives pénales, bancaires, commerciales, marchandes, téléphoniques et autres;
- c) La localisation de personnes et d'objets, ainsi que leur identification;
- d) La recherche de preuves et la saisie;
- e) L'émission de certificats ou de copies certifiées conformes nécessaires à l'action pénale;
- f) La pratique d'actes de procédure définis sous forme d'interrogatoire;
- g) La mise à disposition de personnes détenues et autres afin qu'elles puissent témoigner ou aider à l'avancement d'enquêtes;

- h) La notification du contenu de documents, y compris ceux nécessitant la présence de personnes;
- i) La réalisation d'expertises dans le cadre de ladite enquête;
- j) La restitution des biens produits du délit commis sur le territoire de la Partie requérante;
- k) Toute autre forme d'assistance conforme aux objectifs du présent Accord et qui ne soit pas incompatible avec la législation de la Partie requise.

*Article II. Refus ou report de l'aide*

1. La coopération sera refusée si la Partie requise estime que :
  - a) L'exécution de la demande porterait atteinte à sa souveraineté, sa sécurité, son ordre public ou ses intérêts publics fondamentaux similaires, porterait préjudice à la sécurité d'une personne ou ne serait pas raisonnable sur la base d'autre critères;
  - b) L'exécution de la demande impliquerait que la Partie requise dépasse les limites de son autorité ou irait à l'encontre des dispositions légales en vigueur, auquel cas les Autorités centrales visées à l'Article XII du présent Accord se consulteront afin de définir les moyens légaux garantissant la coopération;
  - c) Il est possible que la peine de mort soit imposée ou exécutée en vertu de la demande de coopération;
  - d) Le délit est de nature strictement militaire;
  - e) Le délit est de nature politique ou que la situation de la personne faisant l'objet d'une enquête ou de poursuites pourrait être aggravée pour des raisons politiques; ou
  - f) La personne pour laquelle la mesure est requise ait été acquittée ou a purgé une peine sur le territoire de la Partie requise pour les mêmes faits.
2. La Partie requise pourra différer l'exécution de la demande si son exécution immédiate risque d'entraver une enquête ou des poursuites en cours sur son territoire.
3. Avant de refuser, de concéder ou de différer l'exécution de la demande d'aide, la Partie requise examinera si elle ne devrait pas être sujette à certaines conditions qu'elle juge nécessaires. Si la Partie requérante souscrit à ces conditions, elle sera tenue de les observer.
4. La Partie requise informera rapidement la Partie requérante de sa décision de ne pas accéder — du tout ou en partie — à la demande d'aide, ou si elle décide d'en différer l'exécution, et elle devra exposer les motifs de cette décision.

*Article III. Double criminalité*

Les demandes d'aide pourront être refusées si les faits ou les omissions invoquées, qui donnent lieu à la demande, ne constituent pas un délit au vu de la législation de la Partie requise.

*Article IV. Remise de biens aux fins d'enquête et de procédure*

1. Lorsqu'une demande d'aide est acceptée, les biens utilisés dans l'enquête ou qui servent de preuves dans les procédures ayant lieu dans la Partie requérante seront remis à ladite Partie selon les termes et conditions que la Partie requise estime opportuns.

2. La remise de biens, conformément au paragraphe premier du présent Article, n'affectera en rien les droits des tiers de bonne foi.

*Article V. Restitution des biens*

Tout bien, en ce compris les documents originaux et autres remis dans le cadre de l'exécution d'une demande, sera restitué aussi vite que possible, à moins que la Partie requise ne renonce à son droit de restitution dudit bien.

*Article VI. Produits de l'activité criminelle*

1. La Partie requise devra, sur demande, s'employer à définir si le produit d'une activité criminelle se trouve sous sa juridiction et devra notifier la Partie requérante des résultats de cette vérification. En présentant sa demande, la Partie requérante informera la Partie requise des raisons la poussant à croire que lesdits produits se trouvent sous sa juridiction.

2. Lorsque, conformément au paragraphe 1 du présent article, les produits d'une activité criminelle supposés existants sont trouvés, la Partie requérante pourra demander à la Partie requise de prendre les mesures autorisées par sa législation interne pour l'assurance, la saisie, la confiscation et la restitution desdits produits.

3. Dans l'exécution du présent article, les droits des tiers de bonne foi seront respectés.

*Article VII. Comparution de témoins, d'experts et de spécialistes sur le territoire de la Partie requérante*

1. Des demandes d'assistance pourront être introduites afin que des témoins, des experts et des spécialistes fassent des déclarations ou prêtent assistance dans les enquêtes réalisées sur le territoire de la Partie requérante.

2. La Partie requise enverra à la Partie requérante des informations certifiées concernant les activités réalisées en vertu de l'exécution desdites demandes.

*Article VIII. Témoignage sur le territoire de la Partie requise*

1. Une personne dont le témoignage est requis sera contrainte, conformément à la législation de chacune des Parties, de se présenter et de témoigner ou de remettre des documents et objets liés à la procédure dont il s'agit.

2. La Partie requise devra, sur demande, informer la Partie requérante de la date et du lieu d'exécution de la demande d'assistance.

3. La Partie requérante pourra demander que, au moment de recueillir le témoignage des personnes spécifiées par elle, d'autres personnes liées directement à l'affaire soient présentes. La Partie requise pourra accepter ou refuser cette demande.

*Article IX. Détenus mis à la disposition de la Partie requérante à des fins de témoignage ou d'avancement d'enquête*

1. Une personne détenue sur le territoire de la Partie requise pourra, à la demande de la Partie requérante, être transférée de façon provisoire sur le territoire de cette dernière pour aider à l'avancement de l'enquête, à condition que la personne accepte ce transfert et qu'il n'y ait pas de raisons exceptionnelles qui justifieraient un refus de la demande.

2. Lorsque, conformément à la législation de la Partie requise, la personne transférée doit être maintenue en détention, la Partie requérante devra garder ladite personne dans cette condition et devra la renvoyer après l'exécution de la demande ou à tout autre moment préalable déterminé par la Partie requise.

3. Lorsque la peine infligée prend fin ou lorsque la Partie requise informe la Partie requérante qu'il n'est plus nécessaire de maintenir la personne transférée en détention, cette personne sera remise en liberté et traitée comme telle dans la Partie requérante, la possibilité d'un retour sur le territoire de la Partie requise lui étant garanti.

Si la personne n'est pas un citoyen ni un résident de la Partie requise, les Parties pourront s'accorder sur son transfert vers le pays dont elle est citoyenne ou dans lequel elle réside de façon permanente.

*Article X. Sauf-conduit*

1. Les témoins, experts ou spécialistes présents sur le territoire de la Partie requérante en réponse à une demande de comparution, ne pourront être poursuivis, détenus ou privés de quelque autre façon de leur liberté individuelle sur le territoire de cette Partie pour tout acte ou omission antérieur à leur départ du territoire de la Partie requise, et ils ne pourront être forcés de témoigner dans toute autre affaire que celle à laquelle la demande se rapporte.

2. Les dispositions du paragraphe précédent cesseront d'être applicables si une personne, libre de quitter le territoire de la Partie requérante, ne l'a pas fait dans un délai de trente (30) jours après avoir été officiellement avisée que sa présence n'était plus requise ou si, l'ayant quitté, elle y revient volontairement.

3. Une personne ne répondant pas à une demande de comparution ne pourra être soumise à une peine ou à une mesure de contrainte lorsque la demande se rapporte à la notification d'une peine.



*Article XI. Contenu des demandes*

1. Dans tous les cas, la demande d'aide comportera :
  - a) Le nom de l'autorité compétente chargée de l'enquête ou de l'instance à laquelle la demande se rapporte et le nom de l'autorité qui fait la demande;
  - b) Les motifs de la demande, la nature de l'aide demandée et une description de l'affaire concernée par la demande;
  - c) Dans la mesure du possible, l'identité, la nationalité et la localisation de la personne ou des personnes faisant l'objet de l'enquête ou de la procédure judiciaire; et
  - d) Une description des faits ou omissions présumés qui constituent l'infraction et une déclaration sur la législation applicable et la juridiction concernée, sauf pour les cas de demandes de remise d'actes judiciaires.
2. Les demandes d'entraide judiciaire devront aussi inclure :
  - a) Dans le cas des demandes de remise d'actes judiciaires, le nom et l'adresse de la personne à notifier;
  - b) Dans le cas de demandes de témoignages, les sujets qui devront être abordés, y compris, dans la mesure du possible, une liste des questions et les détails concernant tout droit de refuser de témoigner;
  - c) Dans le cas de la présentation de personnes détenues, les noms des agents qui en assureront la garde durant le transfert, le lieu vers lequel elles seront transférées et la date de leur retour ainsi que l'identification de l'institution à laquelle ils appartiennent;
  - d) Dans le cas d'un prêt de pièces à conviction, la personne qui aura la garde de ces éléments, le lieu vers lequel ils seront transférés et la date à laquelle ils devront être restitués;
  - e) Dans le cas d'une demande d'expertise, le type d'expertise requis, les raisons de celle-ci, l'identité et la qualification du ou des experts ou spécialistes;
  - f) Les raisons ainsi qu'un exposé détaillé de toute procédure particulière que la Partie requérante souhaiterait voir suivre ou remplir;
  - g) Toute exigence de confidentialité.
3. Si la Partie requise le juge nécessaire, elle pourra demander des informations supplémentaires avant d'exécuter la demande.

*Article XII. Autorités centrales*

1. Aux fins du présent Accord, sont désignés comme Autorités centrales le Ministère de la justice de la République fédérative du Brésil et le Ministère de la justice de la République de Cuba.

2. Les demandes d'aide pourront être introduites au nom des autorités judiciaires et des autres autorités compétentes responsables des enquêtes et des poursuites en matière pénale. Les demandes et réponses seront transmises et reçues via les Autorités centrales.

#### *Article XIII. Exécution des demandes*

1. Les demandes d'aide seront exécutées promptement, en conformité avec la loi de la Partie requise et, dans la mesure où ce n'est pas contraire à cette loi, dans la forme demandée par la Partie requérante.

2. Si la Partie requérante souhaite que les témoins ou les experts fassent leur déclaration sous serment, elle devra l'indiquer clairement dans sa demande.

3. À moins qu'il ne soit expressément exigé des documents originaux, la remise de copies certifiées des documents nécessaires sera suffisante en réponse à la demande.

#### *Article XIV. Limites d'utilisation des informations ou des preuves*

1. La Partie requérante n'utilisera pas, sans le consentement préalable de l'Autorité centrale de la Partie requise, les informations ou les preuves obtenues dans le cadre du présent Accord à des fins autres que celles formulées dans sa demande.

2. Le cas échéant, la Partie requise pourra demander à ce que le caractère confidentiel des informations ou des preuves fournies soit garanti, conformément aux conditions spécifiées. Si la Partie requérante ne peut assurer ces conditions, les Autorités centrales se consulteront afin de déterminer des conditions de confidentialité qui puissent convenir aux deux Parties.

3. L'utilisation de toute information ou preuve obtenue conformément au présent Accord, et rendue publique dans la Partie requérante dans le cadre d'une procédure découlant de l'enquête ou des poursuites décrites dans la demande, ne sera pas sujette aux restrictions visées au paragraphe premier du présent Article.

#### *Article XV. Légalisation*

Les preuves ou les documents transmis via les Autorités centrales conformément au présent Accord ne doivent pas être légalisés.

#### *Article XVI. Langue*

Les demandes et les documents qui les accompagnent seront rédigés dans les langues officielles des deux Parties.

#### *Article XVII. Compatibilité avec les autres accords*

Le présent Accord n'annule en rien les obligations existantes entre les Parties découlant d'autres accords ni ne les empêchent de continuer à se prêter assistance conformément à d'autres instruments internationaux.

*Article XVIII. Frais*

1. La Partie requise prendra à sa charge les frais d'exécution de la demande d'aide, mais la Partie requérante devra assumer les frais suivants :

- a) Les frais entraînés par le transport de toute personne vers et à partir de la Partie requérante s'il en fait la demande, ainsi que toute indemnité ou frais payables à cette personne pendant qu'elle se trouve sur le territoire de la Partie requérante;
- b) Les frais et honoraires des experts, qu'ils soient de la Partie requise ou de la Partie requérante.

2. S'il devient clair que l'exécution de la demande entraîne des frais extraordinaires, les Parties se consulteront afin de décider des termes et conditions auxquels l'aide demandée pourra être fournie.

*Article XIX. Consultations*

Les Parties se consulteront rapidement, à la demande de l'une d'elle, concernant l'interprétation et l'exécution du présent Accord.

*Article XX. Entrée en vigueur et dénonciation*

1. Le présent Accord entrera en vigueur trente (30) jours après la date de la dernière notification par l'une des Parties à l'autre, par la voie diplomatique, confirmant l'exécution des démarches internes nécessaires.

2. Le présent Accord s'appliquera à toute demande présentée après son entrée en vigueur, même si les actes ou omissions faisant l'objet de la demande ont eu lieu avant cette date.

3. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord à tout moment par une notification écrite, par la voie diplomatique. Le présent Accord cessera d'être en vigueur cent quatre-vingts (180) jours après la date de réception de ladite notification.

EN FOI DE QUOI, les soussignés ont signé le présent Accord.

FAIT à La Havane, le 24 septembre 2002, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO LAFER  
Ministre d'État des relations extérieures

Pour le Gouvernement de la République de Cuba :

FELIPE PÉREZ ROQUE  
Ministre des relations extérieures